

VII REUNIÃO IBERO-AMERICANA DE MINISTRAS E MINISTROS DA FAZENDA E DA ECONOMIA

Santo Domingo, República Dominicana

26 de maio de 2021

DECLARAÇÃO

As Ministras e os Ministros, reunidos e, forma telemática, desde em Santo Domingo, República Dominicana, por ocasião da VII Reunião Ibero-Americana de Ministros da Fazenda e da Economia;

Considerando,

Que a pandemia COVID-19 teve um impacto nas finanças públicas da maioria dos países, causando um aumento significativo em seu endividamento.

Que existe uma lacuna entre as economias avançadas e emergentes no acesso a financiamento suficiente e barato para fazer frente às necessidades de gastos extraordinários gerados pela pandemia de COVID-19 e que os países de renda média enfrentam graves adversidades, que assinalam para uma perigosa crise econômica.

Que a maior parte dos países ibero-americanos tiveram acesso aos mercados internacionais de crédito a taxas de juros superiores às pagas pelos países mais ricos e, em muitos casos, apresentaram maiores déficits estruturais do que estes, com menor margem fiscal para enfrentar a crise. E que, conseqüentemente, os países ricos gastaram entre seis e quatro vezes mais do que os emergentes.

Que, recentemente, a obstrução e o acesso desigual ao financiamento, juntamente com a disparidade de acesso às vacinas, também afetaram a capacidade dos países de garantir vacinas suficientes a preços acessíveis, o que implica em diferente cadência de imunização e, conseqüentemente, uma recuperação desigual que poderia aumentar ainda mais desigualdade.

Que a mudança do clima é uma das principais ameaças à humanidade, sendo a América Latina e o Caribe um dos territórios mais vulneráveis do planeta aos efeitos adversos desse fenômeno, causando graves prejuízos a suas economias; e que os esforços de recuperação econômica devem ser transformadores para promover a transição para economias e sociedades mais sustentáveis e produtivas, justas e resilientes. E que, para isso, será necessário mais financiamento.

Que apoiamos a iniciativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) de aprovar uma concessão geral de Direitos Especiais de Saque (DES) no valor equivalente a US \$ 650 bilhões para contribuir com o fornecimento de liquidez e beneficiar a todos os países membros na recuperação econômica desta crise. Além disso, o FMI contemplou iniciativas e meios que promovam a realocação

voluntária de DES de países com posições externas mais favoráveis para aqueles países que tenham concessões mais baixas e maiores vulnerabilidades externas.

Que o retorno à trajetória do crescimento econômico global se vê ameaçado se os países de renda média ficam de lado.

Que as necessidades de financiamento a curto prazo continuarão elevadas, visto que a arrecadação de impostos pode levar algum tempo para retornar à sua trajetória pré-pandêmica e é necessário continuar mitigando os efeitos sobre a saúde e a economia da COVID-19.

Decidimos:¹

1. Fomentar a discussão das sobretaxas dos empréstimos de apoio financeiro do FMI e sua possível suspensão no contexto atual, para ajudar a reduzir as necessidades de financiamento de alguns países de renda média que mais necessitam, mantendo, simultaneamente, a solidez financeira da instituição.
2. Fomentar, no Fundo Monetário Internacional, o debate sobre o desenvolvimento de alternativas para canalizar voluntariamente os Direitos Especiais de Saque dos países que não os considerem necessários para países que os requeiram, inclusive os países de renda média. Por exemplo, por meio de um fundo fiduciário com um perímetro de beneficiários que inclua aos países de renda média que o requeiram.
3. Apoiar a discussão de mecanismos e ferramentas de política econômica que contribuam para a redução dos níveis de pobreza e desigualdade, fechando as brechas sociais e melhorando o acesso aos serviços básicos, permitindo que os países ibero-americanos continuem no caminho do cumprimento da Agenda de Desenvolvimento 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
4. Fomentar a análise de possíveis capitalizações dos bancos multilaterais de desenvolvimento da América Latina e do Caribe e considerar a possibilidade de usar recursos adicionais para financiar, em condições brandas, projetos em áreas de desenvolvimento sustentável, tais como saúde e água potável, para os países em situação de maior vulnerabilidade da região.
5. Considerar a possibilidade de que os bancos multilaterais de desenvolvimento que operam na América Latina sejam titulares autorizados de Direitos Especiais de Saque no Fundo Monetário Internacional. Atualmente, das oito instituições de desenvolvimento global com status de titular autorizado de Direitos Especiais de Saque, nenhuma é proveniente da América Latina e do Caribe.
6. Instar que as instituições financeiras internacionais melhorem as linhas de crédito por meio de mecanismos transparentes y acessíveis, consensuados e não discriminatórios, que ajudem aos países em dificuldades recuperem rapidamente a solvência e o acesso aos mercados financeiros internacionais.

¹ Chile e Peru não acompanham o conteúdo dos parágrafos 1 e 2. Colômbia não acompanha o parágrafo 7.

7. Apoiar a iniciativa lançada pelo Clube de Paris e pelo G20 para o estabelecimento de um quadro comum para a negociação coordenada de tratamentos de alívio da dívida, com a finalidade de que o referido quadro permita uma resposta adequada, a nível global, às situações de sobreendividamento derivadas da pandemia COVID-19. Além disso, estudar mecanismos que promovam a sustentabilidade da dívida dos países de renda média.
8. Estudar e, se for apropriado, promover a adoção de um novo quadro ou norma multilateral de avaliação de riscos financeiros e macroeconômicos que incorpore a particularidade da situação e medidas de resposta da COVID-19, inclusive nas carteiras dos bancos multilaterais de desenvolvimento para evitar que as baixadas do rating de crédito gerem um efeito pró-cíclico, implicando em um novo agravamento desta situação.
9. Exortar a que os esforços econômicos e financeiros para mitigar a crise atual sejam direcionados para uma transformação sistêmica que aborde os principais desafios globais como a mudança do clima, desigualdade social e ruptura tecnológica, aumentando significativamente o investimento em ciência, tecnologia e inovação (CTI), além de apoiar investimentos em infraestrutura sustentável, inclusiva e resiliente e prevenir o surgimento de crises semelhantes por meio do fortalecimento do multilateralismo e da cooperação no espaço ibero-americano.